



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**Corregedoria-Geral da Justiça**  
**Divisão Administrativa**

fls. 117

**RELATÓRIO DE INSPEÇÃO REMOTA**

**Autos nº 0011755-07.2012.8.24.0600**

**Ação:** Inspeção

**Requerente :** Corregedoria-Geral da Justiça de Santa Catarina

**Requerido:** Juízo de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Balneário Camboriú

**ATIVIDADE CORREICIONAL**

**INFORMAÇÕES PRELIMINARES**

I	Número do Processo	0011755-07.2012.8.24.0600
II	Número da Portaria	60/2012
III	Período da Inspeção	28/06/2012 a 30/07/2012
IV	Juiz-Corregedor	Luiz Cesar Schweitzer
V	Escrivã(o) Correicional	Geraldo Della Giustina
VI	Escrivã(o) Correicional	Perla Maria Fusinatto Schappo
VII	Assessor(a) Correicional	Catia Lucila Ricordi Crestani
VIII	Assessor(a) Correicional	Fabiano Leniesky
IX	Analista Jurídico(a)	Regina Stainer Oliveira Said

**UNIDADE INSPECIONADA**

X	Comarca	Balneário Camboriú
XI	Municípios integrantes	Balneário Camboriú
XII	Comarca integrada	Sim (Itajaí, Balneário Camboriú, Camboriú e Navegantes)
XIII	Unidade	2ª Vara Cível
XIV	Competência	Resolução n. 36/2011-TJ: "[...] Art. 2º As 4 (quatro) Varas Cíveis da comarca de Balneário Camboriú terão competência concorrente para: I – processar e julgar: a) os feitos cíveis em geral (art. 94 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979); e b) as sucessões entre maiores e capazes. II – cumprir cartas de ordem e cartas precatórias no âmbito de sua competência. Parágrafo único. Fração dos processos descritos nos incisos I e II deste artigo, atualmente em tramitação nas 1ª, 2ª e 3ª Varas Cíveis, será redistribuída proporcionalmente para a 4ª Vara Cível da comarca de Balneário Camboriú".
XV	Entrância	Especial



## **INTRODUÇÃO**

Este relatório tem por objetivo apresentar um diagnóstico sobre o funcionamento da Unidade Jurisdicional inspecionada, após a coleta de dados realizada durante o período da inspeção.

Desta forma, busca-se auxiliar e orientar o cartório, a fim de verificar se está cumprindo o padrão mínimo de funcionamento exigido pelo Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e outras determinações procedimentais emanadas pelo Conselho Nacional de Justiça, pela Presidência do Tribunal de Justiça e pela Corregedoria-Geral da Justiça.

Cumprindo as disposições contidas no Ofício-Circular CGJ/SC n. 145/2012 e em Portaria publicada no Diário da Justiça e encartada nos autos digitais do processo CGJ epigrafado, realizou-se a Inspeção Correicional Remota a seguir relatada.

Com a finalidade de captar os dados referentes aos serviços forenses judiciais, no que tange aos registros e tramitação processual, foram utilizados relatórios próprios, extraídos do Programa Inspeção Virtual, do Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – módulo de Cartório e de Estatística, e dos Sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

A verificação quanto à estrutura material e humana, à existência e utilização dos livros obrigatórios, à forma e tempo dos atos processuais, à observância do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e outras determinações procedimentais emanadas pelo Conselho Nacional de Justiça, pela Presidência do Tribunal de Justiça e pela Corregedoria-Geral da Justiça, deu-se através de informações prestadas pela chefe de cartório.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**Corregedoria-Geral da Justiça**  
**Divisão Administrativa**

fls. 119

**UNIDADE INSPECIONADA**

**DEFINIÇÕES OPERACIONAIS**

1.1	Comarca	Balneário Camboriú
1.1.1	Unidade	2ª Vara Cível
1.1.2	Juíza Titular	Patrícia Nolli
1.1.3	Chefe de Cartório	Rejane Zorzo Paim
1.1.4	Observações	A Juíza assumiu a Unidade inspecionada em 30/05/2010.
1.2	Dados complementares	
1.2.1	Última inspeção por equipe da CGJ/SC	25/06/1999

**DEFINIÇÕES ESTRUTURAIS (funcionários do cartório + funcionários do gabinete)**

	Indicador	Valor
1.3	Pessoal – Servidores Concursados	6
1.3.1	Agente Administrativo Auxiliar	0
1.3.2	Agente de Portaria e Comunicação	0
1.3.3	Agente de Serviços Gerais	0
1.3.4	Analista Administrativo	0
1.3.5	Analista Jurídico	0
1.3.6	Assistente Social	0
1.3.7	Oficial da Infância e da Juventude	0
1.3.8	Oficial de Justiça	0
1.3.9	Técnico Judiciário Auxiliar	6
1.3.10	À disposição	0
1.4	Pessoal – Servidores Comissionados	1
1.4.1	Assessor Jurídico	1
1.5	Residente Judicial	1
1.6	Pessoal – Funcionários Terceirizados	
1.6.1	Digitador	0
1.6.2	Vigilante	0
1.6.3	Copeira	0
1.6.4	Servente de limpeza, conservação e higienização	0
1.6.5	Zelador	0
1.7	Pessoal – Cedidos por outros entes públicos	0
1.8	Pessoal – Outros (Estagiários e voluntários)*	10
1.9	Pessoal – Servidores em férias, licença ou de outra forma afastados	0
1.10	TOTAL (1.3+1.4+1.5+1.6+1.7-1.8)	18
1.11	Observações	*Resolução nº 02/2007-GP, Resolução nº 18/2008-GP, Resolução nº 01/2009-GP e Resolução nº 26/2010-GP.
1.12	Instrumentos de trabalho	
1.12.1	Microcomputador	20
1.12.2	Impressora	5
1.12.3	Multifuncional	1
1.12.4	Posto de trabalho (mesa com cadeira)	19



## INFORMAÇÕES DO CARTÓRIO – SAJ 5

### ESTATÍSTICA PROCESSUAL

	Indicador		Valor
2.1	Acervo processual		-
2.1.1	Processos em andamento	-	
2.1.2	Procedimentos em andamento	-	
2.1.3	Processos sem movimento há mais de 365 dias	-	

Obs.: A unidade não possui processos tramitando por meio do programa SAJ 5.



## INFORMAÇÕES DO CARTÓRIO

### ESTATÍSTICA PROCESSUAL

	Indicador	Valor
3.1	Acervo processual (processos em andamento + procedimentos em andamento)	5.049
3.1.1	Processos em andamento	4.920
3.1.2	Procedimentos em andamento	129
3.1.3	Processos sem movimento há mais de 365 dias	310
3.1.4	Observações	Informações processuais obtidas mediante consulta ao SAJ/estatística (Relatório Gerencial da Vara) – Mês de referência: novembro de 2012.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**Corregedoria-Geral da Justiça**  
**Divisão Administrativa**

fls. 122

<b>PROCESSOS EM CARGA</b>			
	<b>Indicador</b>	<b>Valor</b>	
3.2	Quantidade total de processos em carga	3.041	
<b>DETALHAMENTO</b>			
	<b>Local</b>	<b>Q1</b>	<b>Q2</b>
3.2.1	Cargas Internas		
3.2.1.1	Contadoria	62	0
3.2.1.2	Distribuição	11	0
3.2.1.3	Juiz (Dayse Herget de Oliveira Marinho, Osmar Mohr, Patrícia Nolli)	2.381	738
3.2.1.4	Ministério Público	8	0
3.2.1.5	Serviço Social	0	0
3.2.2	Terceiros sem acesso ao SAJ		
3.2.2.1	Advogado	554	10
3.2.2.2	Delegacia de Polícia	0	0
3.2.2.3	Hospital de Custódia	0	0
3.2.2.4	Leiloeiro (Vicente Alves Pereira Neto)	2	0
3.2.2.5	Perito (André Luís Sottomaior Pereira, Graziela Rossatto da Silva, Israel Icek Werchajzer, Luiz Alberto Duarte Filho, Norberto Rauen)	23	0
3.2.2.6	Procuradorias	0	0
3.2.3	Observações	Informações processuais obtidas mediante consulta ao SAJ/estatística (Relatório Gerencial da Vara) – Mês de referência: novembro de 2012.	

Legenda	Q1 = quantidade total de processos em carga; Q2 = quantidade de processos em carga há mais de 100 dias.
---------	---

<b>PROCESSOS DISTRIBUÍDOS</b>			
	<b>Período</b>	<b>A1</b>	<b>A2</b>
3.3.1	Janeiro a Dezembro de 2008	2.227	186
3.3.2	Janeiro a Dezembro de 2009	2.155	180
3.3.3	Janeiro a Dezembro de 2010	2.199	183
3.3.4	Janeiro a Dezembro de 2011	2.742	228
3.3.5	Janeiro a Novembro de 2012	2.673	243
3.3.6	Observações	Informações processuais obtidas mediante consulta ao SAJ/estatística (Relatório Totalizador de Distribuições).	

Legenda	A1 = quantidade total de processos distribuídos; A2 = média mensal (média aritmética simples da quantidade processos distribuídos dividida pela quantidade de meses pesquisados).
---------	---



## INFORMAÇÕES DO CARTÓRIO

## ENTREVISTA

### DADOS DO ENTREVISTADO

3.4.1	Nome	Rejane Zorzo Paim
3.4.2	Cargo	Técnico Judiciário Auxiliar / Chefe de Cartório
3.4.3	Matrícula	14.357
3.4.4	Data em que o servidor assumiu o cartório da Unidade	15/08/2011
3.4.5	Observações	Respondeu ao questionário enviado por e-mail e fez constar as observações que seguem abaixo.

### QUESTIONÁRIO

	Indicador	Sim	Não	Observações
3.4.6	O entrevistado é o titular do setor?	X		
3.4.7	A quantidade de servidores do Juízo é condizente com o acervo processual?		X	São 5 servidores apenas, contando com a chefe de cartório.
3.4.8	O espaço físico destinado ao cartório é adequado?	X		
3.4.9	O mobiliário do setor e o modo como está disposto espacialmente é adequado aos trabalhos?		X	Os escaninhos estão com cupim.
3.4.10	Os equipamentos de informática (computadores, impressoras, estabilizadores, etc.) são em qualidade e número suficientes para a realização das atividades?		X	Equipamentos antigos, impressoras em péssimo estado e em nº insuficientes, não há aparelho de fax, scanner, nem fotocopadora.
3.4.11	Há necessidade de treinamento/qualificação específico para os servidores que atuam no cartório?	X		
3.4.12	Caso o sistema de telefonia VOIP e o INTIMAFONE estejam disponíveis na unidade, este último é utilizado para as intimações das partes e testemunhas no âmbito do Juizado Especial Cível e Criminal (Provimento nº 22/2009)?	-	-	Prejudicado em face da competência da unidade.
3.4.13	Faz o envio de relação atualizada dos feitos com réus presos, quinzenalmente ao Juiz, de acordo com o art. 166, § 1º, do CNCGJ?	-	-	Prejudicado em face da competência da unidade.
3.4.14	Observações			



## INFORMAÇÕES DO CARTÓRIO

## INSPEÇÃO VIRTUAL

### RELATÓRIO

	Indicador	Padrão de conformidade	V1	V2
4.1.1	Processos ativos sem localização física há mais de 30 dias	O relatório não deve trazer registro.	53	1
4.1.2	Processos ativos com localização física em "Arquivo administrativo", "Arquivo central" e "Sala de arquivo"		43	7
4.1.3	Processos ativos com localização física em "Superior Tribunal de Justiça", "Tribunal de Justiça", "Tribunal de Justiça – CERC", "Tribunal Regional Federal", "Turma de Recursos"		28	8
4.1.4	Processos ativos com localização física em "Cartório – Processo Suspenso", "Cartório – Suspenso (art. 366 CPP)" e "Cartório – Suspenso (art. 89 Lei 9.099/95)"		7	3
4.1.5	Autos Devolvidos à origem ou entregues à parte (localização física em "Devolvido à origem", "Entregue à parte" e "Remetido")		8	2
4.1.6	Processos dependentes ativos cujos autos principais foram baixados		26	10
4.1.7	Recursos ativos cujos autos principais foram reabertos		10	4
4.1.8	Processos criminais com sentença condenatória sem a criação de PEC	O relatório não deve trazer registro de ação penal com sentença condenatória transitada em julgado sem PEC.	0	0
4.1.9	Observações	1) V1: data 28/06/2012. 2) V2: data 30/07/2012. 3) A chefe de cartório foi orientada a manter controle estatístico da unidade, observando as instruções constantes da Orientação CGJ/SC n. 16 ( <a href="http://cgj.tj.sc.gov.br/intranet/orientacoes/index.htm">http://cgj.tj.sc.gov.br/intranet/orientacoes/index.htm</a> ). As recomendações para correção dos problemas diagnosticados também foram antecipadamente encaminhadas por e-mail para o endereço eletrônico institucional da unidade.		

Legenda	V1 = primeira coleta de dados; V2 = segunda coleta de dados (conferir se foram corrigidos os problemas).
---------	--





## INFORMAÇÕES DO CARTÓRIO

### SAJ/CARTÓRIO

#### RELATÓRIO

	Indicador	Padrão de conformidade	V1	V2
4.2.1	Audiências com situação "Pendente" há mais de 30 dias	O relatório não deve trazer registro.	1.795	1.795
4.2.2	Acompanhamento de Infrações Penais – Apresentação em aberto há mais de 30 dias		0	0
4.2.3	Acompanhamento de Infrações Penais – Prestação em aberto há mais de 30 dias		0	0
4.2.4	Acompanhamento de Infrações Penais – Multa penal em aberto há mais de 30 dias		0	0
4.2.5	Acompanhamento de Infrações Penais – Medida de segurança em aberto há mais de 30 dias		0	0
4.2.6	Réu preso	O relatório deve conter os acusados presos em razão de prisões processuais e os apenados em regime aberto. Somente conterà os apenados com condenação definitiva (transitada em julgado) que estejam cumprindo pena em estabelecimentos da Comarca. Além disso, a quantidade de presos das unidades prisionais locais deve coincidir com o número informado no Cadastro Nacional de Inspeções em Estabelecimentos Penais.	0	0
4.2.7	Rol de culpados	Deve refletir fielmente as sentenças penais condenatórias com trânsito em julgado.	-	-
4.2.8	Rol da Lei n. 9.099/1995 – Transação penal	Deve refletir fielmente as sentenças de homologação de transação penal.	-	-
4.2.9	Rol da Lei n. 9.099/1995 – Suspensão	Deve refletir fielmente as decisões decretando a suspensão processual.	-	-
4.2.10	Rol de processo suspenso – CPP, art. 366	Deve refletir fielmente as decisões decretando a suspensão do artigo 366 do Código de Processo Penal.	-	-



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**Corregedoria-Geral da Justiça**  
**Divisão Administrativa**

fls. 126

4.2.11	Pendências e prazos em aberto (período de pesquisa – em ambos os campos: 01/01/1900 a 27/05/2012)		<b>5.298</b>	<b>4.850</b>
	AR		<b>175</b>	<b>172</b>
	Ação incidental		<b>0</b>	<b>0</b>
	Assunto do processo		<b>0</b>	<b>0</b>
	Carga		<b>68</b>	<b>30</b>
	Cartas recebidas		<b>13</b>	<b>0</b>
	Custas		<b>1.786</b>	<b>1.758</b>
	Edital de intimação de advogado		<b>2.370</b>	<b>2.111</b>
	Execução de sentença		<b>0</b>	<b>0</b>
	Feriado		<b>34</b>	<b>25</b>
	Incidente processual		<b>18</b>	<b>16</b>
	Mandados		<b>13</b>	<b>12</b>
	Movimentação		<b>147</b>	<b>97</b>
	Pauta de audiências		<b>6</b>	<b>6</b>
	Peticionamento eletrônico		<b>0</b>	<b>0</b>
	Petição intermediária		<b>94</b>	<b>93</b>
Processo		<b>424</b>	<b>393</b>	
Recurso		<b>2</b>	<b>0</b>	
Usuário		<b>148</b>	<b>137</b>	
4.2.12	Processo com situação "Arquivado Administrativamente", com local físico "Arquivo Central" e "Sala de Arquivo"		<b>1.553</b>	<b>1.552</b>
4.2.13	Mandados de Prisão em aberto com "Erros"		<b>0</b>	<b>0</b>
4.2.14	Mandados em carga com OJ há mais de 30 dias		<b>6</b>	<b>2</b>
4.2.15	ARs não devolvidos pela ECT + 30d		<b>141</b>	<b>140</b>
4.2.16	Observações	1) V1: data 28/06/2012 1.1) Item 4.2.12: dos 1.553 processos, todos foram arquivados administrativamente e enviados ao arquivo central. À época da primeira verificação não era utilizado o parâmetro "sala de arquivo". 2) V2: data 30/07/2012 2.1) Item 4.2.12: dos 1.552 processos, todos foram arquivados administrativamente e enviados ao arquivo central. À época da segunda verificação não era utilizado o parâmetro "sala de arquivo".		
Legenda		V1 = primeira coleta de dados; V2 = segunda coleta de dados (conferir se foram corrigidos os problemas).		



## INFORMAÇÕES DO CARTÓRIO

## SAJ/ESTATÍSTICA

### RELATÓRIO

	Indicador	Padrão de conformidade	V1	V2
4.3.1	Processos ativos sem movimentação lógica há mais de 365 dias	O relatório não deve trazer registro.	331	298
4.3.2	Processos ativos sem vinculação de assunto (Tabelas Processuais Unificadas)		1.560	1.134
4.3.3	Processos em carga há mais de 100 dias		632	658
4.3.4	Processos de Guarda, Perda e/ou Suspensão do Poder Familiar com tramitação há mais de 120 dias – ART 163, ECA		0	0
4.3.5	Meta 2 do CNJ - processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31/12/2006. Processos ativos de competência do Tribunal do Júri e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31/12/2007		115	106
4.3.6	PJP (programa de julgamento prioritário) - processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31/12/2007 – processos cíveis, criminais e de competência do Tribunal do Júri		241	220
4.3.7	Observações		O relatório do PJP engloba os processos constantes no relatório da Meta 2 do CNJ, por ser mais abrangente. 1) V1: data 28/06/2012. 2) V2: data 31/07/2012.	

Legenda	V1 = primeira coleta de dados; V2 = segunda coleta de dados (conferir se foram corrigidos os problemas).
---------	--



## INFORMAÇÕES DO CARTÓRIO

## SISTEMAS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

### RELATÓRIO

	Indicador	Padrão de conformidade	V1	V2
4.4.1	JUSTIÇA ABERTA – Sistema de Informações da Corregedoria Nacional de Justiça (Passo 1)	As informações devem ser alimentadas, pelo Chefe de Cartório, sempre até o dia 10 do mês subseqüente ao vencido.	PA	PA
4.4.2	SNBA – Sistema Nacional de Bens Apreendidos	Os bens devem ser cadastrados, pelo servidor, até o último dia útil do mês seguinte ao da distribuição do processo ou do procedimento criminal em que houve a apreensão.	PR	PR
4.4.3	SNCI – Sistema Nacional de Controle de Interceptações	As informações devem ser alimentadas, pelo Magistrado com competência criminal, sempre até o dia 10 do mês subseqüente ao vencido.	PR	PR
4.4.4	CNIEP – Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais	As informações devem ser alimentadas, pelo Magistrado com competência criminal, sempre até o dia 10 do mês subseqüente ao vencido.	PR	PR
4.4.5	CNIA – Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa	As informações devem ser alimentadas mensalmente, pelo Magistrado, indicando-se somente as alterações, inclusões e exclusões, processadas após trânsito em julgado da sentença condenatória.	PR	PR
4.4.6	Observações	1) V1: data 28/06/2012. 1.1) Item 4.4.1 (Justiça Aberta): última atualização em 10/02/2010. 2) V2: data 31/07/2012. 2.1) Item 4.4.1 (Justiça Aberta): última atualização permanece em 10/02/2010.		

Legenda	V1 = primeira coleta de dados; V2 = segunda coleta de dados (conferir se foram corrigidos os problemas); CA = CORRETAMENTE ALIMENTADO: quando o sistema foi alimentado até a data estipulada, se houver; NA = NÃO ALIMENTADO: quando o sistema não foi alimentado até a data estipulada, se houver; PA = PARCIALMENTE ALIMENTADO: quando os registros do sistema não estão de acordo com o SAJ ou outro parâmetro utilizado; PR = PREJUDICADO: quando o sistema não se aplica à Unidade ou não há necessidade de preenchimento.
---------	---



## INFORMAÇÕES DO CARTÓRIO

## LIVROS OBRIGATÓRIOS

### VERIFICAÇÃO

	Livro	Resultado			
4.5.1	Protocolo de correspondências recebidas	X	Existente		Inexistente
		Observações:			
4.5.2	Registro de atos administrativos expedidos pelo magistrado	X	Existente		Inexistente
		Observações:			
4.5.3	Exercício dos juízes	X	Existente		Inexistente
		Observações:			
4.5.4	Visitas e correições	X	Existente		Inexistente
		Observações:			
4.5.5	Carga para advogado	X	Existente		Inexistente
		Observações:			
4.5.6	Carga para perito	X	Existente		Inexistente
		Observações:			
4.5.7	Armas e objetos apreendidos		Existente	X	Inexistente
		Observações:			
4.5.8	Registro de testamentos	X	Existente		Inexistente
		Observações:			
4.5.9	Pasta de Informações de Testemunhas Protegidas		Existente	X	Inexistente
		Observações:			
4.5.10	Pasta de Informações da Receita Federal	X	Existente		Inexistente
		Observações:			
4.5.11	Orientações	1) Promover a abertura formal do livro, se inexistente. Nos livros formados em pasta classificadora, constituídos pelo sistema de impressão ou folhas soltas, o Juiz lançará o visto no termo de abertura, independentemente da apresentação das demais folhas. 2) Os livros devem estar de acordo com os requisitos do art. 195 do CNGCJ e o termo de abertura deve conter o número de ordem do livro, finalidade, número de folhas, declaração de estarem rubricadas, cartório, data, nome e assinatura do auxiliar e visto do Juiz. 3) Os Provimentos CGJ/SC n. 10/2006 e 8/2008 dispensam alguns livros obrigatórios (protocolo de correspondências expedidas, termos de audiência, registro de fiança, atas de julgamento do Tribunal de Júri e registro de sentenças), em virtude da instalação da versão 3 do SAJ e desde que a documentação gerada tenha sido confirmada no sistema. 4) Relativamente aos livros Carga para Advogado e Carga para Perito, deve-se colocar no complemento da carga o número da última folha dos autos. No retorno dos autos deve-se proceder à baixa no sistema. 5) A Pasta de Informações de Testemunhas Protegidas deve obedecer aos requisitos do art. 360-E, § 5º, do CNGCJ. 6) A pasta de Informações da Receita Federal deve ser mantida em local com acesso restrito (por exemplo, armário com chaves). Não dispondo deste local, os documentos devem ser acondicionados em envelope lacrado, de preferência em pasta classificadora. Observar as regras contidas no artigo 517-F, § 5º, do CNGCJ, em especial, a manutenção do			



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**Corregedoria-Geral da Justiça**  
**Divisão Administrativa**

fls. 130

	<p>documento à disposição da parte pelo prazo de 30 dias, contados da intimação do interessado, para após ser destruído por meio mecânico ou incineração, com a respectiva certificação nos autos. As informações e cópias da declarações poderão ser obtidas utilizando-se o sistema INFOJUD, disponível na página da CGJ, na intranet.</p> <p>7) Havendo mais de uma unidade na comarca, os livros "exercício dos juízes", "visitas e correições" e "armas e objetos apreendidos" são de responsabilidade do cartório, independentemente dos livros obrigatórios da Secretaria do Foro.</p> <p>8) Caso exista algum livro que esteja sendo usado sem "termo de abertura", o servidor deverá abrir um termo com data atual, mas com uma observação de que possui efeito retroativo à data de XX/XX/XXXX, não sendo necessário encerrá-lo, desde que ele continue sendo utilizado. No termo de abertura, o servidor deverá informar que o livro está sendo aberto na data de hoje, por exemplo, por não ter sido aberto formalmente na época oportuna.</p> <p>9) Nos livros que contenham "Termo de Encerramento" que ainda estejam em uso, deverá ser anotado: <b>"Torno sem efeito o presente Termo por determinação em Inspeção Correicional ocorrida em ____/____/____"</b>.</p>
--	--



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**Corregedoria-Geral da Justiça**  
**Divisão Administrativa**

fls. 131

**OUTROS**

**CUIDA/CADASTRO ÚNICO INFORMATIZADO DE ADOÇÃO E ABRIGO**

**RELATÓRIO**

	<b>Indicador</b>	<b>Padrão de conformidade</b>	<b>V1</b>	<b>V2</b>
4.6.1	Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo – abrigos (relatório de visita às entidades de acolhimento)	As informações devem ser alimentadas mensalmente pelo Magistrado (envio do relatório de visita mensal), de acordo com o art. 6º da Resolução Conjunta nº 08/09-GP/CGJ.	<b>PR</b>	<b>PR</b>
4.6.2	Observações			

Legenda	V1 = primeira coleta de dados; V2 = segunda coleta de dados (conferir se foram corrigidos os problemas); CA = CORRETAMENTE ALIMENTADO: quando o sistema foi alimentado até a data estipulada, se houver; NA = NÃO ALIMENTADO: quando o sistema não foi alimentado até a data estipulada, se houver; PA = PARCIALMENTE ALIMENTADO: quando os registros do sistema não estão de acordo com o SAJ ou outro parâmetro utilizado; PR = PREJUDICADO: quando o sistema não se aplica à Unidade ou não há necessidade de preenchimento.
---------	---



## CONCLUSÃO

Os trabalhos da inspeção correicional iniciaram na data mencionada nas informações preliminares, de forma remota, a partir desta Corregedoria-Geral da Justiça.

Na primeira verificação foram consultados e emitidos diversos relatórios por meio dos programas "SAJ/EST – Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – módulo de estatística", "Inspeção Virtual", "SAJ/PG - Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – módulo de cartório" e "Sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)", os quais foram enviados à unidade por correio eletrônico, juntamente com as instruções para a realização dos ajustes.

Foi concedido o prazo de trinta dias, a partir do recebimento dos relatórios e das instruções, para que a unidade efetuasse as correções dos registros apontados, período em que a Corregedoria-Geral da Justiça dirimiu dúvidas e orientou os servidores da unidade a fazer os ajustes necessários.

Decorrido o prazo inicial para a regularização dos registros, procedeu-se à segunda verificação, com os mesmos parâmetros da primeira, cujos dados permitiram a finalização do presente relatório.

À consideração de Vossa Excelência.

Florianópolis, 13 de maio de 2013.

**Catia Lucila Ricordi Crestani**  
Assessora Correicional

**Fabiano Leniesky**  
Assessor Correicional

**Regina Stainer Oliveira Said**  
Analista Jurídica